

**A teoria do espelho e o aparecimento da noção de objectividade.** O saber jornalístico pressupõe a hegemonia do uso cognitivo da linguagem e a atribuição do monopólio desta forma de saber a instituições especializadas – os *media* informativos – e profissões especializadas – o jornalista – dotadas das competências que asseguram a legitimidade dos enunciados (M. Mouillaud, 1997: 53).

Para consagrar a legitimidade dos enunciados e enunciadores construiu-se um núcleo de valores – que alguns classificam como ideologia ou mitologia – cuja noção chave é a de um observador imparcial e desligado dos acontecimentos. O desenvolvimento da objectividade pressupõe dois momentos históricos no jornalismo moderno: o aparecimento, em meados do século XIX, de uma imprensa informativa que tinha como paradigma fundamental a ambição de separar factos e opiniões; a emergência, no primeiro quartel do século XX, do conceito de objectividade já pensada como ritual estratégico, enquanto conjunto de procedimentos destinados a reforçar a fé nos factos abalada pela profissionalização das relações públicas e pela propaganda de guerra.

A maior parte dos relatos históricos acerca da emergência da objectividade apontam a aparição da imprensa popular por volta dos anos 30 do século XIX como o desenvolvimento mais significativo. Até à década de 30, não existia a questão da objectividade. Foi durante esta década que o domínio da imprensa partidária estabelecida, com as suas notícias fortemente politizadas e o seu conteúdo editorial acentuadamente empenhado, ficou sob a ameaça de uma imprensa muito mais alinhada com os imperativos comerciais. Até aí, os jornais apresentavam quase sempre uma configuração publicista e doutrinária, resultante, em grande parte, da actividade de um intelectual que desempenhava uma missão de divulgação das ideias com que ele se identificava (Schudson, 1978: 16). Nos EUA, o *New York Sun*, que apareceu em 3 de Setembro de 1833, é geralmente olhado como o primeiro representante da imprensa popular e foi quase imediatamente seguido pelo *Evening Transcript* e pelo *New York Herald* (e mais tarde pelo *New York Tribune* em 1841 e pelo *New York Times* em 1851). Aparece profundamente associada a um período de afirmação liberal, expressa na crença do homem, na igualdade política e na igualdade de oportunidades a nível económico (Schudson, 1978: 43). Em França, as primeiras manifestações dessa imprensa popular surgiram com Émile Girardin empresário e jornalista que lançou *La Presse*, *Le Siècle*, *Le Journal des Connaissances Utiles*, procedendo a uma verdadeira “revolução industrial da imprensa”, como lhe chamou Tengarrinha (1986: 214). Em Inglaterra, assiste-se ao desenvolvimento desta forma de jornalismo, em especial ao Domingo: *Sunday Times*, *Sunday Monitor* e o *Lloyd's Weekly News* que fará a cobertura do caso de Jack, O Estripador. Em Portugal, foi o *Diário de*

*Notícias* fundado em 1865 por Eduardo Coelho que seguiu o modelo dito supraclássico e partidário: “Eliminando o artigo de fundo, não discute política nem sustenta polémica Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor quaisquer que sejam os seus princípios, o comentá-los a seu sabor”, lia-se no seu número programa de 29 de Dezembro de 1864, citado por Tengarrinha (1986: 215).

Grande parte do sucesso conseguido por este tipo de imprensa está relacionada com o aparecimento da publicidade e, em especial, com a sua democratização e profissionalização crescente. Na verdade, a publicidade já existia mas era ocasional. O aparecimento dos pequenos anúncios, o redireccionamento do jornal como uma empresa que depende do jornal para sobreviver e a libertação de preconceitos de natureza moral em relação à publicidade (desdenhada ou filtrada por outros jornais em função de critérios de natureza moral) foi essencial para constituir a imprensa popular (Cfr. Schudson, 1978: 20). Porém, a narrativa liberal segundo a qual a publicidade contribuiu para a independência dos jornais será sujeita a um forte escrutínio através de uma visão crítica formulada por James Curran e Jean Seaton. “A lenda do anunciante como parteiro da liberdade de imprensa é invocada por jornalistas, quer da direita, quer da esquerda, para justificarem o papel da publicidade na imprensa” (Curran e Seaton, 2001: 18). Na verdade, os jornais ligados a um espaço público operário ou que evidenciavam uma tendência radical ou reformista foram preteridos pelos anunciantes e foram perseguidos por leis e tributos fiscais, nomeadamente o imposto de selo, que condicionavam, objectivamente, a orientação editorial destas publicações. As forças de mercado, na leitura de Curran e Seaton, tiveram sucesso onde a censura prévia falhara,

O contorno da esfera pública foi completamente redesenhada por este tipo de jornal que se designava a si próprio como a voz do povo numa era de intensa democratização. A imprensa popular manifestava interesse em reportar de um “modo realista”. O *New York Herald* proclamava, em 1835, a necessidade de registar os factos com o recurso a um estilo despido de verbosidade. Fundado por uma das figuras centrais do jornalismo americano – James Gordon Bennett – o *New York Herald* foi talvez um dos primeiros jornais do mundo a perceber que a obtenção de novidades que interessassem aos leitores era a finalidade primeira da imprensa (Schudson, 1978: 51). O uso da palavra realismo surge, neste contexto, como algo que não resulta de uma utilização meramente casual.

O ambiente positivista do século XIX e a invenção e divulgação da fotografia reforçavam a ideia de um centramento no retrato fiel dos factos. Com efeito, “é nesta época em que o positivismo é reinante que todo o esforço intelectual tanto na ciência como na

filosofia como ainda na sociologia e em outras disciplinas, ambicionava imitar esse novo invento – a máquina fotográfica, que parecia ser o espelho, à muito procurado, capaz de reproduzir o mundo real” (Anthony Smith citado por Traquina, 1988: 29). Ao empregar o daguerreótipo como metáfora da sua actividade, os jornalistas apresentavam-se como pretendendo fazer uma cópia diária da vida quotidiana. O jornalismo industrial emergiu claramente associado aos regimes de verdade marcados pela generalização do capitalismo e das utopias industrialistas que estão na génese do positivismo. Uma das imagens de marca dos novos tipos de enunciados emergentes no século XIX – a objectividade como relação com o facto servida por uma técnica ou conjunto técnicas que se idealizam como as mais adequadas à descrição desse facto – não se pode dissociar do optimismo triunfante de uma época em que o progresso surge enfatizado pela capacidade da razão poder averiguar tudo sobre o mundo exterior: “Os repórteres deveriam relatar as notícias como tinham acontecido como máquinas, sem preconceitos nem coloração (...) Qualquer sinal de personalidade que emergisse nos relatos deveria ser suprimido” (Tuchman, 1978: 159). Em 1851, o *Boston Herald* manifestava o propósito de “daguerreotipar os acontecimentos para os olhos do público”. Ao empregar o daguerreótipo como metáfora, “os jornalistas construíam a imagem do espelho e da cópia. Os jornais apresentaram-se “como produzindo uma fotografia diária da vida nacional” (Schiller, 1979: 49). Para o jornalista Isaac Pray, “um repórter deve ser uma máquina de repetir” (Schiller, 1979: 50).

Graças à sua fundamentação no mercado, muito mais dirigido para as vendas e para a obtenção de publicidade, a imprensa popular forneceu aos leitores produtos mais baratos e mais acessíveis, nomeadamente sob o ponto de vista temático. Muitos destes jornais se proclamaram não apenas politicamente neutrais como se revelaram indiferentes aos assuntos da esfera pública (Cfr. Schudson, 1978: 21). A “objectividade” entendida como um relato factual parece conviver com uma despolitização que se faz acompanhar da crise da imprensa partidária. O sensacionalismo parecia conviver com a objectividade pois os jornais pareciam compatibilizar-se com “esta nudez crua da verdade” e preferiam a cobertura factual à explanação editorial (Cfr. Allan, 1997: 303-305).

A objectividade desenvolve-se em relação com a apropriação comercial pelos jornais de uma função política tornada crucial na modernidade: a necessidade de falar em nome de todo o público (Cfr. Schiller, 1979: 48). Os jornais, seguindo novas técnicas, adoptam uma nova perspectiva segundo a qual “nenhum jornal pode ser popular em geral se seguir orientações partidárias” (Schiller, 1978: 49). O princípio genérico que fundamenta este fenómeno é a racionalidade económica de carácter predominantemente instrumental, cujos

objectivos são a conquista das audiências, a diversificação do consumo público e a reestruturação contínua do mercado. Em todos os países, na mesma altura, regista-se a convivência fácil entre a adopção desta objectividade e a preferência por um registo sensacionalista: “ Prefere-se cada vez mais a informação objectiva à discussão e à opinião, as notícias sensacionais aos editoriais reflectidos” (Tengarrinha, 1986: 219). Detecta-se, nesta observação, uma tensão entre a narrativa que confere ao mercado um papel particular na emancipação do jornalismo e uma outra narrativa que, ao invés, retrata a sua despolitização exactamente pela sua subordinação à lógica do mercado. Por um lado, a linguagem da imprensa tornar-se-ia mais igualitária ao mesmo tempo que se lançavam as audiências num aprazível mundo de fantasia marcado pelo sexo, beleza e fama através de uma cobertura cada vez mais centrada na vida dos poderosos e dos famosos (Cfr. Curran, 2002: 18).

Além destes factores, um outro, de natureza mais prática e tecnológica, terá vindo a contribuir para o aparecimento da chamada objectividade jornalística: a introdução do telégrafo. Em 1844, uma linha experimental entre Washington e Baltimore foi usada para transmitir a primeira reportagem jornalística publicada no *Baltimore Patriot*. Quatro anos mais tarde, seis jornais de Nova Iorque fundaram uma estrutura cooperativa chamada *Associated Press*, a primeira agência, a qual tinha em vista dotar os seus sócios do acesso a acontecimentos produzidos em locais remotos e em situações complexas como a Guerra da Secessão. O *New York Herald* chamou a atenção para a influência coesiva que esta primeira agência noticiosa tinha sobre a escrita jornalística e, conseqüentemente, sobre a vida cívica. À medida que novos jornais subscreviam o novo serviço noticioso, este tornava-se um factor cada vez mais importante de nivelamento e homogeneização dos relatos noticiosos. As novas convenções de um serviço noticioso à distância deixaram a sua marca numa seca linguagem factual, de onde se eliminassem os traços individuais reveladores da subjectividade individual ou quaisquer forma de preferência editoriais, destinada a agradar a todos os clientes da agência, mas também num conjunto de procedimentos de rotina que tenderam a assegurar a codificação da objectividade como um padrão normativo (Cfr. Allan, 1997: 306).

Embora sem ser chamada como tal, a objectividade jornalística, nesta fase embrionária constitui uma aquisição inicial da imprensa de massas, utilizada estrategicamente para alcançar todos os públicos e camadas sociais e impedir suspeitas sobre a parcialidade dos jornalistas lançadas pelas facções em conflito. José Manuel Tengarrinha parece partilhar esta opinião: “Na necessidade de encontrar um público mais largo, o jornal procura manter uma

posição imparcialmente objectiva, dirigindo-se assim a todos, e não a um grupo de leitores ideologicamente afins, necessariamente muito mais restrito” (Tengarrinha, 1986: 219).

Um segundo momento histórico tem lugar no século XX, nos anos 20 e 30. O ambiente de pessimismo e descrença nas potencialidades da democracia, que assombrou os anos vinte e trinta, conduziu a um clima intelectual marcado pela dúvida e pelo cinismo. Os acontecimentos relacionados com a I Grande Guerra, o aparecimento de novas profissões no domínio da comunicação – como as Relações Públicas, fundadas especialmente por Ivy Lee e Edward Bernays –, a desilusão popular com as campanhas de propaganda, mas também com a aparição de assessores de imprensa e de “Peritos em Publicidade”, levaram à consolidação da preocupação com o relato objectivo. Ivy Lee respondia ao ambiente de ausência de confiança numa descrição fiável nos factos com uma proposta de trabalho que tinha implícita uma reflexão teórica: a propaganda era um esforço para propagar ideias, o que era perfeitamente aceitável desde que o público soubesse quem era responsável por elas. A ideia era susceptível de ser facilmente difundida em face da atitude desiludida perante a possibilidade de relato dos factos. Bernays, sobrinho de Freud e familiarizado com a psicanálise, partilhava com Lee a descrença na psicologia da multidão, a sua sensibilidade para factores de natureza irracional que contribuíam para a formação da opinião. O impacto da nova profissão foi imenso: multiplicaram-se, assim, novas formas de relacionamento entre os poderes estabelecidos e os jornalistas. Generalizaram-se os porta-vozes oficiais e o recurso às conferências de imprensa. Com a introdução das relações públicas por Ivy Lee, o “exclusivo” e a “primeira-mão” haviam começado a ser ameaçados pelos *press release* e pela comunicação institucional. Este conjunto de circunstâncias tornava-se uma ameaça para a própria razão de ser do jornalismo. Finalmente, durante a I Guerra Mundial, a propaganda de guerra mostrou a sua eficácia na mobilização da opinião para apoiar a participação dos Estados Unidos ao lado dos Aliados (Cfr. Schudson, 1978: 141-142).

O ideal da objectividade como técnica de produção de enunciados consensualmente validados sobre o mundo, assente numa radical separação entre factos e opiniões, surgiu, pois, como afirmação de um método pensado para um mundo nos quais os factos já não eram merecedores de confiança. A objectividade já não se referia à confiança nos factos mas a um conjunto de regras e procedimentos profissionalmente adequados. Assim, quanto mais se ganhava a consciência da subjectividade, mais importância se dava a um conjunto de conhecimentos a que se dava o nome genérico de objectividade. Generaliza-se todo um movimento em defesa de um novo modo de profissionalismo mas consciente acerca das consequências da subjectividade no relato jornalístico (Cfr. Schudson, 1978: 153). Tendo em

conta a elevada dependência do mundo moderno em relação às notícias, a fragilidade da natureza humana não deveria ser um pretexto para a complacência mas para uma atenção mais cuidada.

### **A controvérsia da objectividade: pontos de vista objectivistas e construtivistas**

Procedendo a uma arrumação conceptual simplificada será possível localizar duas posições fundamentais que se confrontariam no domínio daquilo a que se poderia designar por abordagem epistemológica do jornalismo: objectivismo e construtivismo (Cfr. Mesquita, 2003; Sousa, 2000; Dolores Montero, 1993). Na perspectiva objectivista, a realidade social “surge como um dado *a priori* que o jornalista deve observar de forma a reconstituir fielmente. Na óptica «construtivista», a «realidade» e a «informação» são entendidas como construções sociais e não como um conjunto de dados preexistentes”.

A perspectiva «objectivista» identifica-se como uma crença nas notícias enquanto espelho da realidade e reflecte em grande parte o contexto histórico e cultural em que as principais características do jornalismo moderno, como indústria e como profissão, foram configuradas, como aliás já foi enunciado no parágrafo anterior: “o ideal da objectividade sugere que os factos possam ser separados das opiniões ou juízos de valor, e que os jornalistas consigam uma distanciação relativa aos acontecimentos do mundo real cujo significado e verdade eles transmitem ao público através de uma linguagem neutra e de competentes técnicas de reportagem.” (Hackett, 1993: 105). Se enquanto ideal profissional, a objectividade desempenha uma função social na coesão da comunidade profissional, enquanto modelo de explicação científica das relações entre factos e enunciados, resiste dificilmente às críticas que lhe são formuladas. Para facilitar o raciocínio podem-se considerar algumas objecções de fundo à posição objectivista que passamos a resumir:

1- Desde logo, a defesa da objectividade enquanto capacidade de os enunciados reflectirem a realidade não constitui, pelo menos hoje, uma posição epistemológica de fundo mas antes uma «ficção fundadora que confere razão de ser à profissão» (Delforce citado por Mesquita, 2003: 46).<sup>1</sup> A objectividade, entendida no sentido redutor de “espelho da realidade”, não resulta de nenhuma reflexão filosófica sobre a natureza dos factos e da sua relação com o os enunciados que pretendem descrevê-los mas, antes, de uma certa necessidade pragmática de auto-legitimação por parte dos profissionais envolvidos. Segundo Delforce

---

<sup>1</sup> Neste sentido, talvez não seja completamente adequado falar da posição objectivista como uma das duas posições que se confrontariam numa epistemologia do jornalismo. A posição objectivista não seria uma posição epistemológica mas um corpo de convenções profissionais que, no máximo, implicaria pressupostos epistemológicos pouco reflectidos.

(citado por Mesquita, 2003: 47), “o sistema conceptual positivista é necessário para realizar um trabalho de que constitui o fundamento.” Assim, “a objectividade é, antes de mais, um método prático de aproximação dos factos e dos acontecimentos que fazem a actualidade, explicitado num vasto conjunto de regras de procedimento, prontuários e normas que auto-legitimam a sua actividade: é a condição de possibilidade da *techné* a que se dedica, o método que, supostamente, o transporta até à *verdade dos factos*” (Mendes, 2001: 392; itálico do autor).

Para autores como Schiller (1979), Tuchman (1978), ou Hackett (1993), a crença no relato noticioso como espelho da realidade implica sempre a ocultação das condições de enunciação com os seguintes objectivos principais:

**a) A afirmação da legitimidade dos enunciados, dos produtos e das regras jornalísticas e, conseqüentemente dos profissionais de jornalismo.** Pretende-se transmitir a ideia de que existe uma profissão especializada no relato da verdade acerca do mundo social, que essa profissão depende de um saber estabelecido e que a aplicação desse saber origina relatos competentes sob o ponto de vista da sua adequação à realidade.

**b) A protecção dos profissionais contra situações atentatórias da sua integridade profissional.** Se existe uma parcela da realidade que pode ser relatada desde que se observem determinados procedimentos, então o seu cumprimento assegura que o jornalista ficará salvaguardado contra situações desagradáveis como julgamentos, processos de difamação e calúnia, etc. A invocação da objectividade implica demonstrar que se fazem todos os possíveis para o narrador se remover da própria história, mantendo a credibilidade, evitando reprimendas por parte de superiores e a ameaça omnipresente de processos judiciais (Cfr. Tuchman, 1993: p. 83.)

A necessidade de proceder sob um ponto de vista idealmente “neutro” que permitisse legitimar o discurso em nome do bem público contra os chamados interesses particulares ou de facção, colocando o jornalista ao abrigo de eventuais dissabores (Cfr Schiller, 1979: 47.); a utilização desse conjunto de procedimentos a fim de restabelecer a legitimidade do relato noticioso (Cfr. Schudson, 1978: 22.); a obrigação de obedecer a um ritual estratégico que inclui a observância de um conjunto de procedimentos (a audição das partes em conflito, a apresentação de provas, o uso das aspas, a estruturação da informação como forma narrativa sequencial), que permitam ao jornalista apresentar-se como objectivo, protegendo-se dos riscos da sua profissão (Cfr. Tuchman, 1978), ocultam numerosos conflitos e negociações em torno da indicação dos acontecimentos que virão a ser transformados em notícias e permitem aos jornalistas assegurar que desempenham a sua função de acordo

com as exigências profissionais e sociais. Assim, “o termo «estratégico» denota a tática ofensiva de prevenir o ataque ou de deflectir, do ponto de vista defensivo, as críticas” (Traquina, 2002: 143).

2- A posição objectivista dificilmente suporta o confronto com reflexões epistemológicas de fundo. A defesa da objectividade tal como é aqui apresentada não corresponde, pois, à afirmação de uma posição epistemológica no âmbito de uma controvérsia sobre a natureza dos factos e da verdade das suas descrições, a não ser no âmbito de posições empiristas muito ingénuas. Assim, a defesa da sacralidade dos factos merece da parte de Urabayen a alusão ao texto de Claude Bernard em que este afirma que “todo o facto é uma abstracção” Com esta frase, recorda-se a ideia simples mas de consequências e repercussões complexas segundo a qual é o observador quem determina uma parcela da realidade, para isolá-la debaixo da denominação de facto (Cfr. Urabayen, 1993: 23). Igualmente, é possível invocar as posições de Weber segundo a qual não existe investigação científica sem a delimitação do objecto pelo observador. Segundo Weber, todo o conhecimento reflexivo da realidade infinita por parte de um espírito finito assenta no pressuposto implícito de que, em cada caso, apenas um fragmento finito da mesma realidade constituirá um objecto de apreensão científica. Logo, “há uma minúscula parte da realidade individual considerada em cada caso que é colorida pelo nosso interesse, condicionada por ideias de valor, e só essa parte é que tem para nós significado”. (Weber, 1995: 624; 627; 629).

As reflexões em torno da linguagem, nomeadamente a compreensão das linguagens enquanto produtos históricos e culturais, contribuíram para esta visão crítica da objectividade. O estudo do discurso permitiu compreender que a linguagem não se esgota na sua função referencial e permitiu distinguir entre a realidade referente que se encontra no exterior do enunciado e a porção de verdade que um enunciado pode conter acerca da realidade. Foi possível equacionar a existência de diferentes géneros de discurso que vão abordar a realidade de maneiras diferentes assim como ter em conta a diversidade de auditórios a que se dirigem esses discursos.

As contribuições da ciência cognitiva colocaram dificuldades à concepção ingénuo e positivista de objectividade. A objectividade como capacidade de reproduzir exactamente a realidade não deixa qualquer capacidade interpretativa na formação do conhecimento. Só pode ser sustentada enquanto tal se for teoricamente relacionada com os modelos transmissivos da informação, centrados na difusão unilateral de dados codificados

por um emissor através de um canal até um receptor que os descodifica e os envia ao destinatário. Ora, sabe-se que o cérebro humano não se limita a reproduzir um saber mas a recriá-lo, a reproduzi-lo e a reinterpretá-lo num processo complexo em que intervêm esquemas de interpretação, informações prévias e em que a própria emoção (Cfr. Damásio, 1995), anteriormente reduzida ao papel de ruído no modelo emissor-receptor também intervêm de forma imprescindível (Cfr. Meditsch, 2002: 12-13). À intervenção do equipamento cognitivo dos indivíduos na produção e reprodução do conhecimento soma-se, na crítica, a um modelo empirista ingénuo de objectividade, o papel desempenhado pelas instituições e pelas tecnologias intelectuais disponíveis em cada sociedade e cultura, graças às mutações que desenvolvem em torno das formas de conhecer e de pensar (Cfr. Goody, 1988; Ong, 1982; Lévy, 1994 citados por Meditsch, 2002: 14). Hoje sabe-se que a realidade social não é superfície lisa nem o acontecimento existe de per si mas antes na convergência entre o acontecimento e a sua percepção (Rebelo, 2000: 17).

Algumas abordagens epistemológicas “contribuíram para destruir o ideal de uma verdade única e obrigatória, e principalmente para estabelecer os limites lógicos de qualquer reivindicação da objectividade” (Meditsch, 2002: 11).

Paul Watzlawick (1993), investigador da Escola de Palo Alto, alerta para o facto de muito frequentemente se fazer a confusão entre dois aspectos diferentes daquilo a que chamamos realidade (Cfr. Watzlawick, 1991: 7). Existe um nível primeiro que diz respeito às propriedades físicas e à possibilidade de verificação científica e objectiva. O segundo nível diz respeito à atribuição de um valor e de um significado e tem o seu fundamento na comunicação. O termo «realidade de primeira ordem» poderá ser utilizado de cada vez que se referem os aspectos acessíveis a um consenso de percepção ou a uma verificação experimental, verificável e repetível. Um exemplo será o do ouro, elemento de propriedades físicas bem delimitadas as quais nada têm a ver com a sua função social que remete para a «realidade de segunda ordem». Só uma confusão entre dois níveis de realidade pode permitir afirmar que um enunciado que remete para valores e significações se considere objectivo e adequado ao real.

A Teoria dos Sistemas Autopoéticos de Luhmann, em especial nos seus desenvolvimentos mais recentes originou um percurso que acentua “a construção social da realidade” ao chamar a atenção para a diferenciação sistémica e para a adopção de critérios próprios a cada sistema. As novas formas de construtivismo em que se inscreve o pensamento de Luhmann não conduzem a uma negação do mundo nem discutem a existência da realidade. Simplesmente encara-se o mundo, à maneira fenomenológica como

horizonte inalcançável (Luhmann, 2000: 8-9). No caso da informação noticiosa ( Cfr. Luhmann, 2000) há apenas uma aplicação de critérios binários que dizem respeito a duas possibilidades: a informação/não informação. Não faz sentido de falar de manipulação como não faz sentido falar de “verdade”. Não adianta ver como os *mass media* desvirtuam a realidade pois tal suporia uma realidade ontológica, pré-livre, dada e livre de toda a construção. Os *media* não se podem senão ter a si mesmos como verdade, vendo-se compelidos a construir uma realidade distinta frente à sua própria realidade. Caberá pois a Luhmann descrever um conjunto de critérios selectivos daquilo que pode ser interessante para o campo programático do jornalismo no sistema dos *mass media*. A este conjunto de critérios de selecção (personalização, actualidade, contravenção das normas, etc.) acrescentam-se as rotinas das organizações especializadas em seleccionarem informação (Cfr. Luhmann, 2000: 44-54).

Gadamer (1976) e Habermas (1987) contribuíram para a ideia da impossibilidade de abordagem neutra do real. Para o primeiro, toda a observação implica uma pré-compreensão inscrita na tradição vigente na comunidade. Habermas, por seu turno, desmente a ausência de relações entre conhecimento e interesse, distinguindo entre o conhecimento prático, técnico e emancipatório.

Com a introdução do conceito de *Lebenswelt*, através de Schutz e de Habermas, surgiram argumentos novos contra a possibilidade pensar em qualquer observador da sociedade no sentido lato – nomeadamente, no jornalista – como um sujeito exterior e distante armado de uma independência e de uma neutralidade sem falha. As investigações produzidas no âmbito da Teoria da Notícia vieram confirmar a pertinência destas abordagens: o jornalista “inscreve-se pela sua *praxis* na realidade que escreve e estabelece” (Rebelo, 2000: 18).

Na sequência da valorização do quotidiano empreendido por Schutz e pelos seus seguidores, Berger e Luckmann, o senso comum irá emergir na análise fenomenológica do mundo sócio-cultural (fenomenologia da sociedade) como uma atitude cognitiva que esta corrente de pensamento chamará de atitude natural. Orientada por considerações de natureza pragmática, a atitude natural envolve a suspensão da dúvida acerca de saber se as coisas são como parecem ou se a experiência passada será ou não um guia válido para o futuro. Tal atitude contém uma tese implícita na qual se aceita o mundo como existente e aceite tal como ele se dá, na sua evidência. “Na atitude natural eu sempre me encontro a mim próprio num mundo que tenho por garantido e evidentemente «real» em si mesmo” (Schutz e Luckmann, 1995: 4). É caracterizada menos pelo realismo do que pela ingenuidade do

realismo, ou seja, pelo facto que o indivíduo se encontra diante do objecto sem se interrogar sobre o sentido da sua objectividade. No mundo sócio-cultural, também chamado mundo da vida quotidiana, a objectivação do significado e, logicamente, a possibilidade de coordenação de significados subjectivos, é algo que só pode ser conseguido através de actos comunicativos. É graças à comunicação que posso olhar para o mundo de um modo em que este se apresenta a si próprio como completo, constituído e tido-por-adquirido (*taken-for-granted*) (Cfr. Schutz, 1967: 36).

O jornalismo opera, precisamente, neste mundo da atitude natural permitindo a objectivação de significados partilhados por todos. É o facto de operar na realidade dominante que constitui a fragilidade e a força do modo de conhecer próprio do jornalismo. “É frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não se pode descolar das noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade dos seus públicos, nele incluídos filósofos e cientistas quando retornam à vida quotidiana vindos dos seus campos finitos de significação” (Meditich, 2002: 15). Consequentemente, é possível manter uma posição que reivindica a sustentação de um ideal democrático que constituiria uma das justificações sociais do jornalismo: “manter a comunicabilidade entre o advogado, o físico, operário e o filósofo. Enquanto a ciência continua reescrevendo o conhecimento do senso comum em linguagens formais e esotéricas, o jornalismo trabalha em sentido oposto.” (Meditich, 2002: 16). Assim, o jornalismo, na sua proximidade ao mundo quotidiano, distingue-se da ciência porque não parte de uma hipótese nem dum sistema teórico anterior praticando uma observação não controlado (do ponto de vista da metodologia científica) por parte de quem o produz. Governa-se por uma lógica do singular que remete para a especificidade do próprio facto: “O universo das notícias é o universo das aparências do mundo; o noticiário não permite o conhecimento essencial das coisas, objecto do estudo científico, da prática teórica, a não ser por eventuais aplicações a factos concretos” (Lange, 1979: 23 citado por Meditsch, 2002: 18).

Segundo Hackett (1993), quando se enfrentam as premissas em que se fundam os procedimentos considerados adequados à objectividade torna-se evidente a fragilidade da crença entre a adequação dos factos e a realidade exterior. A objectividade é entendida como a conformidade com a realidade que se pode evidenciar através de duas estratégias diferentes: ou se apresentam todas as versões contraditórias do mesmo facto ou tenta-se apresentar uma visão imparcial desse mesmo facto.

No primeiro caso, a objectividade identifica-se com um paradigma relativista “através do equilíbrio das visões do mundo antagónicas e incompatíveis, cada uma das quais com a sua validade (Hackett, 1993: 105).. Segundo Rosen (2000: 142), “ o problema do jornalismo «por um lado e por outro» mostra-nos que muitas vezes o equilíbrio é uma forma de fuga à verdade mais do que um caminho na sua direcção. É uma forma de negar a sua responsabilidade em relação ao problema da verdade no seu todo. É por esta razão que alguns estudiosos vêem a objectividade não como uma declaração de responsabilidade mas antes como uma forma que os jornalistas têm de fugir à responsabilidade pelos seus actos”.

Em alternativa, a ambição de uma visão imparcial dos factos implica uma presunção de acordo com a qual, os jornalistas e os *media* noticiosos são observadores independentes, separáveis da realidade social, pelo que o meio noticioso, quando correctamente utilizado, pode assegurar a sua veracidade. “O objectivo de evitar a distorção pressupõe uma afirmação positivista, não relativista, da veracidade dos factos, cuja visibilidade é temporariamente obscurecida pelo jornalista tendencioso” (Ibidem). No fundo, “ esta posição implica que os jornalistas e os *media* noticiosos sejam observadores independentes da realidade social que eles noticiam; que a verdade ou o conhecimento dependam da neutralidade do observador/jornalista em relação ao objecto de estudo; que o meio noticioso, quando utilizado «correctamente», é neutral e destituído de juízos de valor, podendo assim garantir a veracidade da «mensagem» ” (Hackett, 1993: 106).

3- A crença num olhar jornalístico desenraizado do contexto de produção noticiosa será particularmente desmentido pelas observações praticadas no âmbito da pesquisa de *newsmaking*. Estes estudos acabam por tornar evidente que existe todo um conjunto de constrangimentos e rotinas – ou seja, de elementos que integram o campo de enunciação – que nunca se deixam ver graças ao conjunto de dispositivos de veridicção omnipresentes no discurso jornalístico: a omissão de deícticos como «hoje», «aqui» e «agora» e a tentativa generalizada de ocultar as conduções em que o enunciador produziu o relato. Estes estudos realçam que os contextos profissionais, organizativos e burocráticos circundantes fazem incidir uma influência decisiva nas escolhas por parte dos diversos elementos que participam na produção noticiosa.

Nas diversas fases da actividade de recolha, distribuição e produção de notícias, a acção mediadora do jornalista exerce-se no contexto de diversos factores constitutivos de uma rede complexa de condicionalismos e constrangimentos que, no termo do processo, fazem com que as notícias tenham um determinado conteúdo, uma determinada forma. Estes

constrangimentos desenvolvem-se na confluência de factores relativos à redacção (Estatuto e política editoriais, valores-notícia dominantes, públicos-alvo, rotinas produtivas, relações com a administração), relativos à empresa (objectivos estratégicos, posicionamento da empresa, gestão), relativos aos valores profissionais (cultura e ideologia profissionais, normas deontológicas, características do mercado de trabalho, enquadramento jurídico da profissão, características sociológicas do grupo profissional), relativos ao sistema mediático (nomeadamente as suas relações com o sistema económico e político, propriedade dos *media*, nível de concentração e legislação respeitante à comunicação social) e relativos ao sistema social (designadamente lugar atribuído aos *media* na sociedade, níveis de cidadania e participação, níveis de escolaridade, analfabetismo e literacia bem como hábitos de consumo dos bens culturais) (Cfr. Correia, 1997: 23). As notícias são assim encaradas como um resultado de interacção entre factores de natureza pessoal, social cultural, ideológica, económica, política, entre outras. A qualidade naturalista dos relatos noticiosos é por vezes difícil de interpelar, a não ser quando confrontada com assuntos controversos.

Segundo Molotch e Lester (in Traquina, 1993), a posição objectivista omite a luta pela definição dos significados que se verifica em torno dos agentes com acesso aos meios de comunicação de massa. A sinalização de ocorrências significativas – principal consequência da actividade jornalística – corresponde à necessidade pragmaticamente motivada dos actores sociais de construírem um tempo público através do qual as comunidades humanas partilham um passado, presente e futuro percebido colectivamente (Cfr. Molotch e Lester, in Traquina, 1993: 36-37). As escolhas de ocorrências, só por si implicam uma selecção do que é considerado importante, notável e significativo, sendo que as noções de importância, significado e notoriedade dos protagonistas e dos acontecimentos não se podem separar das motivações pragmáticas das pessoas e das organizações que as promovem. Esta investigação que estará no cerne desta disciplina tornará mais clara o motivo pelo qual a objectividade jornalística enquanto corrente epistemológica não colhe.

4- A ideia segundo a qual a objectividade corresponde a uma função socialmente útil é, todavia, merecedora de interesse. Apesar de a objectividade apresentada de modo ingénuo pelos mitos da profissão ser insustentável sob o ponto de vista epistemológico, ela pode funcionar como uma espécie de compromisso orientador com uma ambição de ser preciso e rigoroso. Por um lado, em face da óbvia paralisia que constituiria a interrogação permanente sobre o estatuto epistemológico dos «factos» com que lida, o sistema conceptual positivista e empirista permite realizar o trabalho. Apesar de ele não poder ser objectivo, “o destinatário da

mensagem jornalística, independentemente das reflexões epistemológicas, confrontará sempre o jornalista e, sobretudo, o repórter, com a exigência que se traduz, na linguagem do senso comum, em «dizer as coisas como elas são. Mesmo que se saiba que essa transparência não é possível, que a percepção, a linguagem, a «grelha» cultural o limitam na pretensão de reconstituir os acontecimentos, mesmo que se saiba que os factos, no dizer de Paul Veyne, «são aquilo que nós os fazemos ser», o profissional de jornalismo confronta-se com a necessidade externa, social, comunitária, de mobilizar, nas palavras de Ricoeur «uma subjectividade que seja precisamente apropriada à objectividade» visada pelo historiador ou, acrescentamos nós, pelo jornalista” (Mesquita, 2003: 47). Tal subjectividade não pode ser sinónimo de arbítrio mas de esforço explicativo. A adequação entre os enunciados e os factos, pensada de uma forma ingénua e positivista, não existe. Apesar de ser impossível pensar um objecto, sem um sujeito que o pensa, sem um conjunto de relações em que esse observador está envolvido, é todavia, legítimo construir expectativas sobre o rigor desse trabalho de observação, sobre a tentativa de manter um distanciamento quanto à necessidade de buscar elementos adicionais de prova que confirmem a observação. Nenhuma das observações relativas às cautelas a ter com a noção de objectividade tem necessariamente de implicar o menor afastamento em ao rigor no relato. Nenhuma alternativa à objectividade pode assentar num relativismo onde qualquer relato seria possível.

5- A (re) introdução desta espécie de «objectividade matizada», que reconhece os seus limites mas que se considera necessária, implica o reconhecimento de alguns princípios que e se julgam ser compatíveis com esta ideia:

a) Em primeiro lugar, a necessidade de tentar superar os mecanismos rotineiros de produção noticiosa, tentando cultivar a reflexividade crítica relativamente aos temas, procedimentos, fontes e protagonistas noticiosos geralmente sancionados pela prática quotidiana. A manutenção da reflexividade crítica é importante para reflectir sobre o trabalho e para evitar que a «ideologia profissional» obscureça os limites do jornalismo e dos jornalistas.

b) Finalmente importa extrair conclusões para uma visão equilibrada da regulação e multiplicar os mecanismos que tornem transparentes os condicionantes que incidem sobre a prática jornalística. “A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipa do jornalista para a construir, e muito menos, ao que foi relegado e omitido por estes critérios, profissionais ou não. Neste ponto, a

proliferação recente da instituição do Provedor de leitores – o *ombudsman* – é certamente um progresso, não apenas pelo que possa discutir directamente da produção dos *media*, mas também por contribuir para levantar o véu que encobre os procedimentos habituais de construção da informação jornalística” (Meditsch, 2002: 19).

A objectividade é, pois, transferida para o campo onde ela deve ser discutida. Isto é, ela tem uma função pragmática de legitimação social de uma profissão e de método de trabalho. O reconhecimento dessa função não é necessariamente negativo pois implica o aumento da vigilância sobre os obstáculos que impedem um relato sério e rigoroso.

## I

### **A notícia como género discursivo e como forma narrativa**

#### **Linguagem e jornalismo: a dimensão discursiva da notícia.**

A crença na possibilidade de descrição “transparente” dos factos é um dos fenómenos mais obstinadamente presentes no campo jornalístico, subsidiário da forma como o pensamento ocidental reflectiu sobre as questões do conhecimento, com base na transparência da linguagem.

Esta crença, hoje consideravelmente abalada, já foi objecto de análises que põem à evidência a natureza discursiva do acontecimento jornalístico.. Esta é uma forma de abordar a definição de notícias: enfatizar a sua textualidade, tomá-las em conta como uma forma retórica ou um conjunto de formas retóricas, uma estrutura discursiva, um género cultural dentro de um modelo cultural mais vasto (cfr. Schudson, 2003: 13). É através da linguagem que o sujeito constrói realidades significativas, verificando-se que os acontecimentos não são anteriores à linguagem nem à sua função constitutiva (McQuillan, 2000:7).

Graças à influência da Pragmática, compreende-se que as notícias, contra a visão imposta por uma concepção referencial da linguagem acontecem ao dizerem-se Isto é não são um simples acto de dizer algo (dimensão locutória), mas acontecem ao dizer (dimensão ilocutória) e produzem efeitos nos interlocutores e um novo estado de coisas no mundo (dimensão perlocutória) (cfr. Rodrigues, 1993: 30).

Um sistema é uma estrutura de elementos relacionados entre si de acordo com determinadas regras. Para o entender, é necessário distinguir os diferentes elementos uns dos outros, e demonstrar como é que eles são seleccionados e combinados de acordo com as regras e convenções que lhe são apropriadas. Assim, “é impossível falar das notícias como um sistema sóico autónomo das convenções e características da linguagem. Mas é a combinação de características gerais e específicas que a tornam significativa ou seja portadora de significado. Não é o acontecimento que é relatado que determina a forma, conteúdo, significado ou a «verdade» das notícias, mas são antes as notícias que determinam o que é que o evento significa” (Hartley, 1990: 15). O valor relacional dos signos é um elemento insistentemente valorizado por esta abordagem. Aceitando a premissa que o valor dos signos é determinado pela sua relação com outros signos no interior do sistema, a selecção de determinada palavra não é determinada pela natureza do referente mas por um processo de selecção e combinação estruturalmente regulado (Cfr. Hartley, 1990: 15-16). Com efeito, a Semiótica, desde o início que se comprometeu com uma crítica à ilusão referencial.

Apesar da importância conferida à linguagem, importa estudar os constrangimentos na análise das notícias: “As notícias são uma instituição social e um discurso cultural que só existe e ganha significado em relação com outros discursos e significados que operam ao mesmo tempo” (Hartley, 1990: 8-9). Esta afirmação para além de repercussões epistemológicas tem repercussões políticas: “Podemos perceber como é que as notícias funcionam, que interesses servem, podemos recorrer a esta compreensão cada vez que vemos ou ouvimos notícias” (Hartley, 1990: 9). Porém, o uso deste conhecimento no sentido de participar num processo de definição da realidade implica negociação e conflito, o que significa que o sistema da língua não se explica a si próprio na sua auto-evidência mas é permeado por relações sociais e de poder.

Cada signo possui um acento avaliativo que pode ser explorado um ou noutro sentido. Todos os signos dispõem de uma «qualidade dialéctica interior». Essa qualidade dialéctica faz com que cada signo não tenha um significado interno fixo à partida mas tenha apenas significados potenciais que dependem do contexto do enunciado e do falante. A implicação destes conceitos é que os signos não têm um significado fixo (no dicionário) mas antes que os seus significados estejam dependentes da realização das suas possibilidades num processo de interacção sócio-verbal. A ideia é que os signos não expressam apenas relações entre si nem com o referente mas entre o enunciador e enunciatário (Cfr. Hartley, 1990: 22; 25). Por isso, qualquer verdadeira interpretação é dialógica por natureza (Cfr.

Hartley, 1990: 26). Simultaneamente, na actividade quotidiana de produção noticiosa, a potencial abertura dos significados é objecto de um processo de uniformização do significado em detrimento da pluralidade significativa verificando-se, por vezes, a imposição de um processo de “leitura preferencial”. (Hartley, 1990: 63). Retoma-se o conceito cunhado por Bakhtine segundo o qual os signos são condicionados pela forma de organização social em que os participantes se envolvem mas também pelas condições imediatas da sua produção. A vida dos signos nesta lógica, é também um campo de confronto social e ideológico. Quando qualquer Primeiro-Ministro visita uma zona de contestação e é recebido por manifestantes argumenta, muitas vezes, que o conflito só diz respeito aqueles que querem perturbar a lei e a ordem. Se a maior parte da cobertura noticiosa for sobre os combates entre manifestantes e a política, originando uma interpretação que reforça a versão da Primeiro – Ministro (Cfr. Hartley, 1990: 74).

Para este processo de uniformização do sentido contribuem numerosos factores, nomeadamente que os acontecimentos sejam reconhecidos por uma fonte responsável, fiável e representativa (Cfr. Hartley, 1990:75). Os acontecimentos para serem notícia têm que ser reconhecidos como noticiáveis o que implica a existência de valores-notícia estudados no trabalho de Galtung e Ruge (1973; 1993), os quais, apesar da sua neutralidade, implicam um processo de selecção e construção que se adequa melhor às elites dominantes.

### **As notícias como narrativa**

Comentando a relação profunda entre o discurso jornalístico e o saber narrativo, Michael Schudson desenvolveu uma teoria segundo a qual a configuração das notícias também emerge das interacções com as tradições literárias e culturais de cada país. Apesar de a notícia “pretender ser mimética”, confrontando-se com o mundo tal como o conhecemos, ela está em muito aspecto, próxima das formas literárias. As notícias são enunciados produzidos de acordo com as necessidades e fórmulas consagradas por uma organização especializada mas também “estórias” que estão associadas à busca de um sentido de comunidade e de pertença e que reflectem a sua contaminação por outras formas simbólicas, provenientes sejam das tradições da cultura escolarizada e canónica sejam da cultura entendida num sentido mais vasto e antropológico (Schudson, 2003: 182).

Ao produzir programas noticiosos nos jornais e na televisão, os jornalistas contam “estórias” obedecendo a certas fórmulas. A escrita noticiosa é governada por padrões narrativos impostos, não por necessidade orgânica ou propósitos ideológicos, mas por

tradições narrativas. Por exemplo, a ênfase dada a conflitos abertos, antagonistas identificáveis e eventos visíveis, em vez de processos sociais subjacentes, pode ser explicada por uma perspectiva de acção social, mas também por uma perspectiva literária.

Desta forma, “se abandonarmos a noção segundo a qual a notícia é um espelho da realidade, se nos dermos conta que ela é uma ficção simultaneamente intencional e não intencional, se admitirmos o facto óbvio de que a notícia é um dispositivo para dar forma à experiência – tal como um poema, um romance, um livro de histórias, ou um conto de fadas – o que é que distingue as notícias? Como é que o jornal e a notícia são únicos no seu género ou no seu uso dos géneros? Suponhamos que se faz uma simples pergunta baseada na teoria dos géneros de Northrop Frye: a notícia é romance, tragédia, comédia ou sátira? Isto é, trata-se de um género no qual os heróis se erguem do mundo frustrado da experiência para um ideal mais alto e um mundo desejável (comédia); ou um em que todo o movimento se passa num mundo altamente desejável (romance); ou em que há uma descida do mundo ideal para o mundo do desapontamento e da experiência (tragédia); ou em que todo o movimento está no mundo da experiência (sátira ou ironia?)” (Schudson, 1988: 25).

Adianta-se a possibilidade de uma forma de análise em que se comparam os códigos narrativos da notícia e da literatura de um país: por exemplo, nos Estados Unidos, é possível estabelecer um paralelo com toda a tradição realista americana desde o século XIX (Theodore Dreiser, Jack London, Stephen Crane) até ao século XX (Hemingway, dos Passos, Steinbeck, Hammett), e o seu centramento na acção em detrimento da psicologia individual do protagonista. Cinema, literatura e jornalismo podiam contaminar-se mutuamente numa espécie de configuração narrativa dominante (Cfr. Schudson, 1978:74)

A pertinência da exploração destas possibilidades é enfatizada pela circunstância de muitos jornalistas terem aprendido as suas técnicas na redacção de *short stories* ficcionais. Neste sentido, estabelece-se um ângulo de análise que começa a ganhar particular força no âmbito da teoria da notícia no qual se acredita mesmo que “a circulação de identidades entre o ficcional e a narrativa de realidade é muito forte no campo jornalístico” (Mendes, 2001: 388).

Entre os aspectos que autorizam a exploração desta hipótese e que funcionam como argumentos em seu favor contam-se as seguintes:

Ao contrário do que, por vezes se insiste na análise das notícias, os formatos canonizados na sua construção – nomeadamente o formato do *lead* – articulam-se com o modelo de narrativa estudado pela narratologia na sequência de Greimas assim como com os traços elementares de uma certa forma de relato canónico: “um sujeito activo faz alguma coisa com uma determinada atenção, para alcançar um determinado objectivo, em

determinado lugar e em determinado período de tempo. Este modelo é invariante no caso de protagonismo humano ou antropomórfico” (Cfr. Mendes, 2001: 394-396).

Por outro lado, pode-se encontrar entre a narrativa ficcional e a narrativa jornalística uma identidade de critérios estabelecidos para que um texto possa ser considerado interessante. As estruturas narrativas comuns, a importância da mudança, “a passagem de um equilíbrio a outro” indicado por Todorov (1979: 30-31) impera no jornalismo como noutros géneros discursivos. O conflito, o progresso e o desastre, a extensão do efeito e as suas consequências na comunidade, a actualidade e a proximidade, a escolha de protagonistas em relação aos quais se verifiquem facilmente a identificação e a projecção, a excepcionalidade, a causalidade monstruosa, a coincidência bizarra, os contrastes desmesurados que aproximam o *fait divers* do conto gótico, da ficção científica ou da literatura policial, o interesse humano com o seu centramento nas emoções, o sexo que, para além da sua capacidade apelativa intrínseca, se potencia quando associado à eminência ou excepcionalidade do protagonismo, são alguns dos traços que podem ser considerados como suficientemente generalizáveis para poderem ser considerados como integrantes de uma história arquetípica (Cfr. Mendes, 2001: 396: 399).

Mário Mesquita, aceita que “a narratividade é uma das características dominantes do texto jornalístico” considerando que a mesma se insere se insere no âmbito mais alargado da «narrativa factual» que engloba, entre outras, as formas discursivas relacionadas com a história, a biografia e o diário (Cfr. Mesquita, 2003: 13).

**A função mítica da narrativa jornalística.** Bird e Dardenne retomam o tema da notícia como forma narrativa, acentuando que as notícias fazem parte de uma prática cultural antiquíssima que é a de contar “estórias” (1993: 265). Sublinham que as orientações da narrativa, inclusive a narrativa noticiosa são culturais, conferindo uma totalidade significativa a partir de acontecimentos dispersos. Numa alusão a uma tradição antropológica, atribuem uma função coesiva ao mito e ao folclore, considerando que estes podem funcionar como validação da cultura, realização do desejo, força de conformidade, através dos quais os membros de uma comunidade aprendem definições de bem e de mal ou acedem a emoções substitutivas (Cfr. Bird e Dardenne, 1993: 265-266).

A notícia dispõe de qualidades míticas porque fornece explicações para fenómenos desnorteantes ou aterrorizadores construindo explicações aceitáveis, oferecendo tranquilidade e familiaridade em experiências comunitárias partilhadas, proporcionando respostas credíveis para questões inquietantes, tornando publicamente aceitáveis e

relevantes os conceitos de norma e de desvio, alertando para as consequências punitivas de condutas impróprias sendo por isso, o seu consumo comparável à religião, à actividade ritual, à celebração e ao jogo

Neste sentido, Darnton defende a atenção “ao elemento arcaico” do jornalismo e assinala que “as notícias são resultado de uma forma antiga de contar “estórias”. (Darnton citado por Bird e Dardenne, 1993 b: 268). Tal como o jornalista, o poeta oral (o narrador) utiliza um *stock* de fórmulas comuns que dão às canções tradicionais uma homogeneidade que provoca “a impressão que todos os cantores conhecem as mesmas fórmulas” (Lord citado por Bird e Dardenne, 1993 a: 268; Bird e Dardenne, 1993 b: 267-269). Desta forma, as notícias em sentido amplo – ou sejam, uma parte substancial do relato noticioso – viriam assim na tradição de publicações como os almanaques, reportórios, calendários e prognósticos, que desempenhavam uma importante função social e cultural em zonas rurais, compensando a angústia face ao desconhecido e até ao sobrenatural. Nesta tradição inscrevem-se as publicações especializadas no relato de eventos como monstros, fenómenos miraculosos, catástrofes naturais, crimes e massacres e que Balzac baptizaria, no caso francês, de *Canards* (Cfr. Ponte, 2004: 23). Em especial os *fait-divers* remetem para a narrativa mítica arcaica no sentido em que Mircea Eliade fala dos acontecimentos míticos, os únicos ocorrentes nas sociedades onde todos os acontecimentos actuais são repetições de acontecimentos primordiais que remetem para perplexidades ancestrais (Cfr. Mendes, 2001: 401).

Apesar da importância reconhecida às histórias no processo noticioso, Bird e Dardenne continua a achar útil a distinção entre registo e história. Depois de assinalar que na narrativa oral africana, há lugar para formas de contar que podemos classificar como mais próximas do registo e formas de contar mais próximas da história, os autores utilizam a palavra registo para referirem relatos de histórias mais rotineiros, elaborados no estilo conciso de acordo com as regras mais estritas da pirâmide invertida e que registam acidentes, crimes pouco importantes, assuntos do governo local e nacional que se inscrevem no dia-a-dia mais rotineiro. A diferença entre “registos” e “estórias”, no fundo, corresponderia à distinção canónica entre *hard news* e *soft news*, sendo que as primeiras, constituem notícias construídas com uma linguagem seca e factual centradas em eventos discretos, relatados com uma fórmula que remete para a mais estrita imparcialidade. Porém, acrescentam: “Isto não leva a deduzir que «os registos» ao contrário das «estórias», se limitam a registar a realidade, embora isto pareça ser o modo como vieram a ser relatados pelos profissionais da informação. De facto, são um elemento vital no processo mitológico contínuo. Fornecem-nos

o pano de fundo de acontecimentos que nos informam que o mundo ainda continua e que as coisas que prezamos ainda têm interesse” (Bird e Dardenne, 1993: 269).

Esta distinção tem implicações cuidadosamente assinaladas: as notícias que seguem a forma de «registos» ou de *hard news* seguem, de forma mais canónica e estreita, o método da pirâmide invertida, e o relato sequencial de acordo com a ordem crescente da notícia e respondendo de forma, seca e concisa às seis perguntas consideradas essenciais para estruturar uma rede de facticidade. Porém, proporcionam claramente uma leitura orientada e económica que leva os leitores a debruçarem-se sobre o que consideram essencial e a esquecerem-se de muito do que leram. Já a “estória” tem de apresentar relações de causa e efeito, a interligação das explicações no sentido narrativo e dispensa o *lead* clássico, pois carece de um certo *suspense* e de uma certa excitação. É escrita sob a forma de uma novela curta com títulos sugestivo. Curiosamente, estas “estórias” parecem suscitar mais interesse e proporcionar uma memorização mais apurada por parte dos leitores. Muitas das vezes correspondem a certos estilos da tradição oral, o que explica o motivo pelo qual certos géneros são preferidos no interior de uma certa comunidade. (Cfr. Bird e Dardenne, 1993: 274). Ou seja, há uma gramática do «mostrar» que não coincide com a gramática do «contar».

### **Jornalismo: entre saber cognitivo e saber narrativo.**

Feitas as devidas reservas é aceitável pressupor que o jornalismo como género discursivo oscila entre a ambição científica que se traduz num predomínio da linguagem denotativa e um saber mais ligado à narrativa que se reflecte na proximidade à vida quotidiana. Bird e Dardenne (1993: 273) concordam com esta posição: “Os jornalistas encontram-se incomodamente repartidos entre o que eles consideram dois ideais impossíveis – as exigências de «realidade» que consideram alcançável através de estratégias objectivas, e as exigências da narratividade. Defrontam um paradoxo: quanto mais «objectivas» forem, mais ilegíveis se tornam, e quanto melhores contadores de «estórias» forem, melhora resposta terão dos seus leitores, embora os jornalistas tenham receio de trair os seus ideais”. Em qualquer dos casos, existem consequências ao nível de uma certa configuração da realidade.

De modo semelhante, George Herbert Mead escrevia em 1927, em *A Natureza da Experiência Estética*: “Claro que o jornal tem outras funções. A mais importante é procurar notícias. A teoria de uma sociedade aquisitiva é a de que uma notícia tem valor. As pessoas estão dispostas a pagar por isso. O valor varia com a verdade. (...) Há alguns campos específicos como a gestão de bens ou resultados eleitorais em que o valor da verdade das

notícias se mantêm absoluto. Fora desses campos, e quanto mais longe deles, o que mais vale é o entretenimento, o valor de consumo, a amplitude do valor do conjunto das notícias postas no mercado. O repórter é geralmente mandado atrás de uma história não de factos. Além disso, os jornais são órgãos, órgãos de grupos razoavelmente definidos. Estes querem que as notícias sejam tão próximas quanto possível do que delas esperaram. É esta a essência do imaginário – o resultado dos prazeres imaginados – que dita as práticas da imprensa diária. Que estes resultados agradáveis ou não tenham ou não uma função estética depende da história da notícia, uma vez construída ajudar o leitor a interpretar, a sua experiência como partilhada pela comunidade de que faz parte. Dificilmente o imaginário de prazer irá além dos impulsos primários, de vitórias, sexuais ou de ódio, mas na medida em que tenha o que se pode chamar o apelo humano, ou apelo da nação, cidade ou classe, serve para dar ao leitor a recompensa de se sentir parte da comunidade. São afinal, estas as formas decisivas que interpretam a sua experiência social” (Cfr. Mead, 1927. 301-302 citado por Ponte, 2004: 53).

Ao nível dos relatos noticiosos em que predomina o saber narrativo, constata-se que a linguagem do jornalismo pressupõe a existência de um conhecimento prévio, de pré-conceitos sobre o que é a norma e o desvio no seio de uma comunidade. Pressupõe uma comunidade de interesses e uma reciprocidade de expectativas que tornam o discurso inteligível e que suportam o próprio conceito de novidade \_ até porque o tipo de mensagem que o caracteriza visa precisamente tornar o cidadão comum seu receptor privilegiado e protagonista preferencial. O jornalismo e a recepção das suas mensagens estão profundamente associados ao mundo da vida quotidiana, tentando-se mesmo que os profissionais conformem a sua linguagem de tal forma que ela obtenha o máximo de sintonia com os pressupostos culturais dos agentes sociais que se encontram nesse mundo.

Este tipo de relatos noticiosos deve ser olhados como «estórias» (Schudson, 1988:25). Logo, enquanto “estórias”, implicam, como recorda Ricoeur, a intervenção mediadora de uma intriga. “A intriga é o mediador entre o acontecimento e a história, o que significa que só é acontecimento o que contribui para a progressão de uma história.” A construção de uma narrativa pressupõe, assim, a selecção dos elementos que permitem fazer progredir a “estória”. (Ricoeur, s/d: 26) Toda a organização da estrutura noticiosa vive, pois, da necessidade de fazer progredir a narrativa, pelo que cada novo elemento se há-de integrar num todo estruturado e dotado de significado, sendo seleccionado em função da sua capacidade de se articular com as restantes partes. A intriga que fundamenta a narrativa é

invenção mas invenção que se forma a partir da necessidade de conformar, de organizar, na forma de um relato, objectivos, causas, acasos. Há, pois, uma série de elementos que encontram a sua coesão dentro de um universo narrativo. Porém, a estrutura estética que congrega esses elementos numa narrativa não lhes é prévia. De corre da necessidade de se dizer algo, de produzir um discurso, de se contar uma história ou seja de atribuir sentido. A escolha do “facto” seguinte, que permite fazer progredir a história, supõe que as articulações mútuas existentes entre os diversos elementos da intriga sejam socialmente reconhecíveis. A narrativa, estabelecendo uma visão de um mundo relativamente integrada, põe uma marcha uma ligação mais forte entre acontecimentos (Cfr. Prado citado por Mendes, 2001: 191).

A intriga surge como um acto de conjugar os ingredientes da acção humana que, na experiência quotidiana, permanecem heterogéneos e discordantes. A progressão da “estória” desenvolve-se de acordo com uma lógica socialmente aceite e de acordo com uma tradição que nos permite a compreensão da relação de antecedência e consequência entre os eventos seleccionados. A progressão da narrativa e o desenvolvimento da “estória”, bem como a escolha dos acontecimentos a relatar implicam critérios que remetem para relações (nomeadamente, de causa e efeito) socialmente determinadas e que a narrativa jornalística ao enfatizar, simultaneamente reforça. A consequência lógica desta caracterização é a de atribuir às narrativas noticiosas o poder de levantar certas questões em detrimento de outras que são consideradas irrelevantes .

Aplicando este raciocínio ao jornalismo em que predomina o saber narrativo, ele surge como uma certa configuração de sentido dotado de uma intriga que confere inteligibilidade e unidade a acontecimentos desligados entre si. Poder-se-á argumentar que “o fundo arcaico do jornalismo” terá sobrevivido sob a forma de uma poética que adquiriu nalguns casos uma contaminação mais acentuada de recursos estilísticos provenientes da literatura popular até porque existiam motivos de natureza social que evitavam que o jornalismo se confinasse ao registo, ao relato objectivo, seco e factual. Muitas das peças dramáticas e sensacionalistas apropriaram-se dos conceitos da poética, transformados que foram em convenções de fácil leitura. Para tal contribuiu a possibilidade de acesso das classes populares às narrativas jornalísticas, quer graças à descida do preço dos jornais quer graças ao aumento de alfabetização. Os jornais deixaram de reflectir os gostos dos intelectuais iluminados e tal permitiu a erupção de géneros centrados no rosto humano, de certa forma sucedâneos de outras formas de expressão cultural onde se dava livre curso à expressão de emoções. ~

Ao mesmo tempo que nunca perdeu a sua proximidade do saber narrativo, o saber jornalístico traz dentro de si uma ambição de objectividade que pressupõe a hegemonia do

uso cognitivo da linguagem e a atribuição do monopólio desta forma de saber a instituições e profissões especializadas. Isto será verdade, em especial para as “*hard news*”, isto é para as notícias que seguem o estilo canónico da linguagem factual e objectiva. Assim, pode-se considerar que na dimensão axiológica do jornalismo há uma ideal de focalização externa – objectiva, sem interferência – em particular na separação entre factos e comentários” (Ponte, 2004: 289). Afinal, “é esta substituição da garantia divina pela garantia jornalística que sustenta a crença ingénua, que tem a idade dos *media* informativos de massa: «é verdade, vem no jornal» (Mendes, 2001).

Ao nível do saber especializado, o jornalismo implica o conhecimento de práticas estandardizadas adaptadas à produção eficaz de mercadorias por parte de uma indústria, práticas estas que reflectem os constrangimentos, normas e visões do mundo que integram a cultura da instituição mediática em geral e de cada *medium* em particular. A objectividade afirma uma pretensão à validade acerca dos enunciados sobre o mundo, que se traduz na insistência de uma prática discursiva que oblitera as marcas da enunciação, na adopção rigorosa de normas que se consideram como as mais adequadas ao relato objectivo do mundo. O esquematismo dominante está profundamente relacionado com as normas e os hábitos que estruturam o funcionamento do campo jornalístico, e de cada jornal enquanto instituição social.

O produtor de informação constrói um texto condicionado por uma estrutura que é considerada como eficaz na descrição da realidade. O recurso sistemático à terceira pessoa e a omissão generalizada do sujeito da enunciação; a omissão específica dos deícticos de lugar e de tempo (hoje, agora, ali, aqui) constituem mecanismos objectivantes que visam, antes de tudo, construir um poderoso efeito de adequação total à realidade. Relatam-se os factos, omitindo-se tudo quanto diga respeito a quem os relatou e em que condições o fez, utilizando-se uma linguagem que visa, precisamente, reproduzir ou, melhor, simular uma espécie de ponto de vista ideal, desligado de todo o circunstancialismo contextual. Ao procurar identificar-se a transmissão com a totalidade da actuação do campo jornalístico está-se a fazer desaparecer a produção da vista do destinatário (Alsina, 1996: 37)

A notícia, e como produto da indústria informativa narra um acontecimento “actual”, susceptível de ser considerado pelo seu carácter invulgar ou espectacular, um desvio em relação à norma, assume, progressivamente, uma forma rígida de construção discursiva denominada «pirâmide invertida» e que consiste na descrição dos factos de acordo com aquela que se pensa ser uma ordem decrescente de importância.. “Embora sendo índices do real, as notícias registam as formas literárias e narrativas (*news frames*), utilizadas pelos

jornalistas para organizar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta à perguntas aparentemente simples: quem? O quê? Onde? Quando? A necessidade de seleccionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo aliás orientado pela narrativa escolhida – são alguns exemplos de como a notícia, criando o acontecimento, constrói a realidade” (Traquina, 1988:30). Porém, também neste caso, é óbvio que se instaurou uma determinada poética, e se optou por uma certa forma de narrativa, uma certa configuração do mundo.

**Análise de conteúdo e análise de discurso.** A análise de conteúdo é uma das mais antigas técnicas de pesquisa em comunicação, tendo sido sugerida por autores como Weber ou Harold Lasswell. É, por definição, um método quantitativo que visa contar a ocorrência de determinadas características ou dimensões dos textos e, através dela ser capaz de apreender o significado social das imagens, representações e mensagens contidas nesses textos. Já a análise de discurso procura chamar a atenção para a consideração do lugar da história e da sociedade no processo lingüístico. Neste sentido,, procura-se examinar a forma como as estruturas semânticas do discurso são orientadas por ideologias subjacentes, que tem a ver com o poder e a dominação sociais bem como a sua legitimação ( Teun van Dijk, Semântica do Discurso e Ideologia in Emília Ribeiro Pedro (Org.), Análise crítica do discurso, Lisboa, Caminho, 1997: 105-107). Tais ideologias desempenham simultaneamente uma função cognitiva – pois implicam princípios básicos de apreciação, compreensão e percepção de determinados grupos - e social, já que estão ligadas aos interesses sociais e políticos deste mesmo grupo.

Van Dijk considera que é possível fazer aproximações entre a análise de conteúdo, consideravelmente mais quantitativa e a abordagem dos processos de significação típica da análise de discurso.

A) Definição do problema de pesquisa. Como ponto de partida metodológico, a análise de conteúdo não proporciona indicações acerca de que textos ou de que dimensões dos textos devem ser privilegiados. Após identificar as áreas em que é desejável desenvolver análises do discurso jornalístico, o pesquisador deve desenvolver o tema em que vai desenvolver o seu trabalho, o qual deve ser adaptado aos interesses, formação e capacidade do investigador. Não deve tratar-se de um assunto demasiado amplo ou indefinido no tempo, pois tornaria a análise interminável. Trata-se de uma fase do trabalho em que se propõem, de forma clara, concreta e concisa, as perguntas que delimitam a pesquisa. Por exemplo, na campanha eleitoral poderia ter-se colocado a questão: “Após o debate realizado pelo Clube dos Jornalistas entre os líderes do PS e do PSD, os temas que dizem respeito à moral

privada dos políticos passou a fazer parte dos temas abordados pelos *media*". Trata-se de uma hipótese que pode testar-se com aferindo qualitativamente a informação e que relaciona critérios de noticiabilidade com quantidades de informação (variáveis).

B) As perguntas de pesquisa (*research questions*) decorrem da hipótese e têm de tornar a pesquisa viável. A primeira pergunta poderá ser, por exemplo "Qual foi a relevância informativa conferida aos temas de natureza ética e moral ao longo do período em análise, depois do debate entre os líderes do PSD e do PS?". Trata-se de uma pergunta de investigação que se fundamenta na primeira hipótese colocada e que pode ser respondida contabilizando as matérias publicadas, em número e espaço ocupado, de acordo com as categorias de análise estabelecidas. As categorias de análise poderão ser "as peças sobre questões de natureza moral publicadas no período em debate após o debate" e ainda "As chamadas à primeira página sobre o tema". As variáveis poderão ser "Quantidade de informação avaliada quer em número de peças quer em centímetros quadrado quer percentagem", ou "Quantidade de informação em géneros jornalísticos".

C) Selecção dos *media* e da amostra. Uma vez que é impossível pesquisar todos os *media* relevantes e dada a imensa quantidade de informação que se pode gerar em volta de um tema, é necessário definir o *corpus* dos *media* que serão descritos e analisados, sendo aconselhável proceder a uma amostra representativa desse corpus.

Uma vez seleccionado o *medium*, importa definir os temas, as datas ou os períodos que devem ser analisados. Tratar-se de impor limites temporais ao corpo de pesquisa. Isto depende essencialmente de a cobertura em análise dizer respeito a um evento discreto ou à análise de uma dimensão genérica presente na cobertura mediática como sejam questões de género, raça, etnia, cobertura da violência, etc. O primeiro caso é definido pela data e pelo período de tempo tido em conta. Dependendo dos objectivos, a análise também pode ser comparativa da cobertura feita por dois *media* distintos. No caso do exemplo com que se tem vindo a trabalhar o período diria naturalmente respeito ao período que terminaria no dia 20 de Fevereiro com a realização das eleições antecipadas. Neste caso, importa já estudar, pelo seu carácter periódico, as estratégias de constituição da amostra.

Uma das técnicas de constituição da amostra constitui-se pela selecção aleatória de um determinado número de unidades, de entre o universo, como seja o caso de vários jornais publicados num ano de entre todos os jornais publicados esse ano. O método mais simples de amostragem aleatória consiste em sortear aleatoriamente unidades de análise a partir de uma listagem exhaustiva das unidades que integram o universo.

A amostragem por quotas também conhecida por estratificada ou probabilística consiste na construção de uma amostra de unidades em análise com base nas características de todo o universo. Pode-se por exemplo construir uma amostra por quotas com base nos jornais publicados de 5 em 5 anos. Como ainda assim nos encontraríamos perante uma imensa quantidade de informação, pode-se então construir uma amostra estratificada mais restrita: seleccionar o jornal da segunda-feira da primeira semana completa do ano; o jornal da terça-feira da segunda semana completa do ano; Pode-se ainda juntar uma amostragem aleatória com uma amostragem estratificada. Uma estratégia de construção da amostra é usar uma semana contínua – de segunda a domingo – seguida de uma semana compósita, ou seja a segunda-feira da semana seguinte, a terça-feira da semana seguinte, a quarta-feira da semana seguinte. Outra estratégia usada, seja para televisão e rádio seja para jornal, é começar seleccionando aleatoriamente uma data de partida e depois extrair cada dia  $n$  depois dessa data (o terceiro, o quarto,) dentro do período determinado. Em princípio, não deve coincidir com qualquer ciclo natural como será, no caso dos jornais, sete ou múltiplos de sete por reflectir a variação semanal dos *media*. Por exemplo, uma pesquisa sobre raça incidindo em dois periódicos pode escolher aleatoriamente uma data e em cada 30 dias analisar os dois jornais, durante um período de três anos.

.D) Definição da unidade de análise. Esta pode ser uma palavra individualizada, a frase, o parágrafo, o programa noticioso, uma personagem individual, a cena, o incidente. No caso da representação dos temas sobre a vida privada dos políticos no período que medeia entre o debate e as eleições a unidade de análise são “peças sobre a campanha que aludam a estes temas”.

A tarefa da análise de conteúdo é analisar uma amostra de textos e classificar o conteúdo de acordo com certas dimensões pré-estabelecidas. Numa análise da cobertura da imprensa, pode ser tentador, ainda que extremamente trabalhoso, medir a área de cada artigo de jornal, por coluna. Mas não ser que o tamanho dos artigos tenha a ver directamente com o tipo de cobertura efectuado, talvez seja melhor debruçarmo-nos sobre outros elementos substantivos, mostrando o número de artigos como uma demonstração suficiente de diferentes coberturas ao longo do tempo. Também há pesquisadores que passam muito tempo vendo o tempo, conteúdo e tamanho dos materiais fotográficos. No caso das notícias impressas pode-se averiguar o espaço em  $\text{cm}^2$  ou em  $\text{cm}/\text{coluna}$ ,

Calcular a área de uma notícia em  $\text{cm}^2$  é exactamente o mesmo do que calcular a área de um quadrado ou de um rectângulo. Quando a notícia não se apresenta sob a forma de um

rectângulo ou de um quadrado, é decomposta em vários rectângulos ou quadrados, cujas áreas são calculadas e, posteriormente, medidas. Os resultados podem ser apresentados em percentagens obtidos facilmente através de regras de três simples seja quanto ao número de notícias seja quanto aos cm<sup>2</sup> ocupados.

Que categorias devem ser usadas nas análises de conteúdo? Apesar de não haver uma resposta simples e directa para a pergunta, podendo dizer-se que a resposta varia de acordo com os objectivos e a problemática em causa na pesquisa bem como do respectivo enquadramento teórico. Há um certo número de categorias incontornáveis como sejam o *medium* (qual o jornal, revista ou canal em que o texto aparece?), data (mês, dia e ano), posição (por exemplo a página no jornal ou o horário no caso da televisão), o tamanho e a duração (apesar das reservas colocadas pelo esforço solicitado), o tipo ou género de texto (no caso do jornal, podemos falar de relato noticioso, Editorial, Artigo de Opinião; em televisão, “notícias”, “documentário”, “concursos”, “*talk shows*”, “*reality shows*”, “série dramática”, “filme”, “publicidade”, etc.)

Por outro lado, a análise das personagens, dos actores ou das fontes pode ser consideravelmente importante para análises narratológicas ou para análises sociologicamente estruturadas na definição de papéis e de representações mediáticas. Seja numa perspectiva de análise da hegemonia seja numa perspectiva de construtivismo social, a análise de quem é representado dizendo ou fazendo algo a alguém é essencial para compreender as relações de poder nas sociedades. Os estudos que trabalham com o modelo gramsciano de hegemonia usaram de forma interessante o modelo de análise de conteúdo para mostrar que os temas de interesse público são definidos pelos *mass media* sobretudo por representantes de instituições e interesses socialmente poderosos., e que as vozes alternativas críticas têm muito menos possibilidades de ter acesso à visibilidade na plataforma mediática.

Podem-se usar mais categorias que permitem estruturar análises diversas: os tipos de fontes em cada item noticioso (jornalistas, fontes governamentais, “analistas”, “autoridades”, “peritos”); contextos de relacionamento com a fonte (entrevista, reunião oficial, *Press release*, etc.); tipos de conhecimento disponibilizados pelas fontes etc.

Outra questão que se coloca é a de saber como é que estas vozes – correspondendo normalmente a actores institucionais que definem acontecimentos e situações, funcionando como *primary definers* – são elaboradas, enquadradas e trabalhadas pelos *media*? Na análise da imprensa, é possível demonstrar que os formatos das notícias criam diferentes possibilidades hierarquicamente definidas para os *primary definers* articularem os seus pontos de vista. Assim há formatos que disponibilizam pouco espaço para outras vozes que

não sejam a do jornalista enquanto, no extremo oposto, temos entrevistas que conferem à fonte a possibilidade de apresentar quase totalmente o seu ponto de vista, ainda que confrontado com uma voz que se lhe opõe ou que a interpela.

Outro ângulo que pode ser interessante é o tipo de *fora* (plural de fórum) através do quais os *primary definers* se tornam noticiáveis e apresentam as suas pretensões. Por exemplo, quando os grupos ambientalistas se tornam *primary definers* fazem-no normalmente através do acesso disruptivo (manifestação; ou acção pública de protesto). Na verdade, as questões relativas a controvérsias médicas, científicas, técnicas e ambientais são definidas em grande parte pelas comunidades médicas e científicas consideradas estabelecidas, enquanto as perspectivas apresentadas pelos cientistas dissidentes são muitas vezes postos de lado. Ocasionalmente, verifica-se o inverso nomeadamente no debate sobre a energia nuclear

Finalmente, a classificação sobre quais os tópicos, temas e assuntos cobertos numa área genérica é uma das principais preocupações que praticam análise de conteúdo. Por exemplo estudos sobre a guerra podem incluir sub-áreas como «armamento», «tecnologia», «discórdia», «negociações políticas», «moral das tropas». Estudos sobre a cobertura mediática da violência no desporto podem incluir categorias como «cliques», «*holligans*», «violência no campo», «violência entre adeptos».

O problema do léxico utilizado merece uma análise à parte. Desde os primeiros momentos da análise de conteúdo, esta deu muita importância ao vocabulário e às escolhas lexicais. As palavras manifestam os conteúdos semânticos usados na definição de uma situação. A lexicalização do conteúdo semântico nunca é neutral. Para descrever os distúrbios civis na Inglaterra de 1985, os títulos usam palavras como “motins, distúrbios ou desordens entre muitas outras possíveis palavras (Cfr. Sousa, 2004). Ao falar, por exemplo, fazemos opções gramaticais que correspondem a uma ideologia dominante sobre sucesso e poder, género, classe e estatuto. Os textos resultam da articulação de discursos determinados de maneira institucional, mas são, também, reflexo de conflitos ideológicos, visto as instituições sociais serem também um palco de conflitos ideológicos.

**Detecção de Estratégias enunciativas:** Enquanto acontecimento discursivo que não reflecte a realidade sob a forma de um espelho, os relatos noticiosos são atravessados por estratégias enunciativas que importa detectar.

Um das estratégias diz respeito à citação. O modo de citação diz respeito à questão da intertextualidade. É possível pensar em duas situações limite: a ausência de encadeamento

entre os dois discursos, existindo apenas uma relação entre discursos autónomos num plano exterior ao enunciado ou a intertextualidade pura que consiste na fusão de dois discursos numa estrutura homogénea (Cfr. Rebelo, 2000: 67). Ao trabalhar o espaço da intertextualidade, o jornal neutraliza o enunciador assumindo ele próprio a responsabilidade do dito ou remetendo para o senso comum ou para a evidência. Ao recorrer à citação, o jornal enuncia o dito, quem o disse, o que permite a identificação da intencionalidade subjacente ao acto de dizer. Ao trabalhar o espaço da citação, reporta o dito e mantém a identidade de quem disse e, logicamente, a possibilidade de identificar as motivações estratégicas que o impeliram a dizer (porque disse).

Porém, o jornal não vive num mundo ideal. Entre estas duas hipóteses canónicas, há outras que remetem para o universo da negociação com as fontes. Por exemplo, as instituições políticas já legitimadas pelo exercício do poder preferem estratégias discursivas que passam pelo apagamento do enunciador, encorajando o discurso que Moillaud citado por Rebelo (2000: 65) remete para o espaço da intertextualidade. Ou seja, preferem a dissolução do enunciador do discurso reportado. Já as forças políticas e sociais minoritárias poderão desejar que seja dada visibilidade a quem diz, a fim de obterem protagonismo.

Podem-se encontrar, deste modo, transcrições integrais sem referência à fonte ou com referência à fonte. Porém, a referência à fonte, apesar de ser, canonicamente, considerada como mais legítima, também funciona como estratégia de legitimação do já dito. Ou seja, muitas vezes os factos não passam da transcrição rigorosa de depoimentos oficiais, descartando o jornal de um maior empenho investigativo.

Podem-se também encontrar uma estratégia de amálgama em que o enunciado primário deixa de ser reproduzido na sua forma própria e é substituído pelo enunciado do jornal que impõe o seu vocabulário. São situações em que a assimilação do discurso da fonte faz com que a relação estabelecida entre o enunciado primário e o enunciador portador se aproxime da fronteira que separa a citação da intertextualidade; ou ainda outras situações ainda que o jornal procede à interpretação do dito do enunciador primário (“Cavaco Silva aposta em maioria absoluta do PS” (Público, 7 de Fevereiro de 2005); ou “Função Pública Torra 80% de impostos ( “Expresso” – Caderno Economia – 4 de Setembro de 2004). Neste caso, o texto diz respeito a declarações produzidas pelo economista Medina Carreira sobre o peso dos salários e pensões da Função Pública nos Impostos pagos pelos portugueses (Cfr. Rebelo, 2000: 71).

Ainda no plano das estratégias enunciativas a modulação lógico-linguística varia conforme os autores e se refere à pretensão de validade dos enunciados jornalísticos. No

caso da tipologia de Eliseo Véron citada por Rebelo há quatro modalidades: a modalidade assertiva diz respeito a um estado de coisas do mundo exterior e o enunciado pode revelar-se verdadeiro ou falso: “Queda de dois aviões mata 89 na Rússia” (JN, 26 de Agosto de 2004); uma segunda modalidade respeita à necessidade ou possibilidade de um estado de coisas no mundo exterior “Governo pode recuar (JN, 26 de Agosto de 2004); a modalidade afectiva ou apreciativa remete para uma apreciação do enunciador: “Uma força da natureza”, título do JN sobre a atleta olímpica Vanessa Fernandes (JN, 26 de Agosto de 2004) e a modalidade co-enunciativa ou injuntiva que supõe a existência de um co-enunciador virtual ou potencial. É um pouco o estilo que se pratica no jornalismo desportivo em momentos de apelo à unidade nacional: (“Vamos ser capazes!”), quando o repórter é co-enunciador com mais dez milhões de portugueses, segundo a mitologia cultivada nessa forma de jornalismo.

Outra estratégia enunciativa é a dictização a qual remete para a presença do enunciador a qual é detectável ao nível da personalização, temporalização e espacialização. No caso do discurso jornalístico processa-se a despersonalização exactamente para assegurar e reafirmar a ideologia jornalística da personalidade. Nalguns livros de estilo (nas agências é frequente) a despersonalização inclui a ausência de espacialização (não é permitido dizer “aqui” e “ali” porque isso alguém que «frequente o aqui ou o «ali») e de temporalização (não é permitido em despachos de agência dizer «ontem», «hoje», «agora» porque isso remete para um tempo vivido pelo enunciador que se «apaga»). As técnicas de redacção objectiva também servem para ocultar a presença do narrador/repórter ou, se assim se quiser, do narrador instituição/empresa.

Uma outra ordem de estratégias enunciativas foi analisada *na Mass Communication Research* e na Teoria dos efeitos nomeadamente pelos trabalhos famosos de Hovland, Lumsdaine e Sheffield quando se colocaram questões como saber se as audiências acreditam mais facilmente numa mensagem que apresentasse a integralidade das posições possíveis sobre um tema ou quando se investigou de que modo a credibilidade do emissor afecta a crença numa mensagem.

Outra estratégia enunciativa possível é a pressuposição. Segundo Strawson (citado por Rebelo, 2000: 91), uma proposição A pressupõe B, se a verdade de B for uma condição da falsidade ou da verdade de A. Esta relação lógica encontra-se no seguinte enunciado jornalístico “Parlamento Palestino exige a Arafat que combata a corrupção” Apesar da negação de A “O Parlamento Palestino não pede a Arafat que combata a corrupção” – o pressuposto B – “existe corrupção” - na Palestina” mantém-se. Com efeito, uma proposição  $q$  é pressuposta por  $p$  se estiver implícita em  $p$  e não  $\neg p$ . Qualquer proposição cuja veracidade

é aceite pelo enunciador de forma a permitir-lhe produzir um enunciado , mas que não se encontre declarada nesse enunciado, é uma pressuposição do enunciado.

A liberdade de negar e de interpretar reside apenas ao que se encontra fora do pressuposto. Pode-se de certa de certa forma contornar a possibilidade de uma recepção crítica apresentado algo como pressuposto e como tal auto-evidente. As pressuposições dizem respeito a conhecimentos ou crenças não declaradas que o locutor simplesmente por verdadeiras e que são capazes de incluir proposições cuja verdade não é incontestável. Os pressupostos são claramente tidos em conta em toda acção de contra-informação que se realiza no jornalismo, especialmente em épocas de Guerra, quando a classificação do adversário, o modo como este é diabolizado pertence à ordem do pressuposto. Porém, está muito presente em situações menos drásticas, nas quais os pressupostos Durão é convidado de honra no Congresso da aclamação” (Expresso, 1º Caderno, 4 de Setembro de 2004). Apesar de ser possível contrariar A, B é um pressuposto. Pode-se interrogar se Durão é ou não convidado ou de honra mas postula-se como pressuposto que o Congresso é da aclamação.

O implícito permite beneficiar da eficácia da palavra e da inocência do silêncio (Ducrot, citado por Rebelo: 2000). Os significados nem sempre são expressos de uma maneira explícita podendo, de alguma forma, estar implícitos a nível semântico, ou vir na sequência de outras expressões explícitas e respectivos significados.. O enunciador resguarda-se na significação literal do enunciado, relegando para o enunciatário a reconstrução da significação implícita. No implícito do enunciado trata-se de dar a entender factos que não se quer apresentar de maneira explícita. A lacuna só é preenchível pelo enunciatário que prolonga e complementa o explícito. Os implícitos podem desempenhar um função ideológica: por exemplo, pode-se considerar ideologicamente implícito que os indivíduos que atacam as clínicas de aborto estão a limitar os direitos civis das mulheres, usando a expressão assediar para referir a acção desses grupos. Pode-se considerar ideologicamente implícito que os indivíduos que participaram na manifestação X são agitadores da paz pública se se disser que a Policia foi obrigada a intervir para repor a ordem. Porém, há um percurso discursivo no sentido de o enunciador induzir os percursos dedutivos do enunciatário:”PCP segue exemplo de Ferreira Leite” é um título do Expresso de 4 Setembro de 2004 – relativo à contenção de despesas por aquele partido político. Em ambos, os casos, parece poder sustentar-se que os implícitos não funcionam sem pressupostos que se consideram adquiridos pelos enunciatários.

Além destas estratégias de enunção, há aspectos semânticos, como os graus de especificidade e de pormenor que podem desempenhar funções ideológicas., dependendo da relevância atribuída aos pormenores. Esta é naturalmente, condicionada por valores ideológicos. Por exemplo, cor, etnia ou raça, orientação sexual são pormenores que podem, mais ou menos, ser acrescentados, sugerindo relações entre essas características identitárias e a violência.

A linguagem jornalística é rica em figuras de retórica como a aliteração que consiste na repetição dos mesmos fonemas no início das palavras (“Rio Rôeu a Corda” in CM, 17/02/05;) a anáfora que consiste na repetição de um vocábulo ou de uma fórmula em qualquer lugar do mesmo texto (“PSD: Todos em Luta contra Todos” DN, 1/5/2000, p.6), utilizada, neste caso, para manter uma distância perante as facções em luta; o oximoro, tipo particular de antítese que consiste na aproximação de duas palavras antitéticas que dão a sensação de se excluírem mutuamente (Saúde: reconduzida e demitida numa semana, DN, 17/3/2000, p. 18; “O Homem e o Monstro” título de uma notícia sobre um filme que pretende mostrar a outra face de Hitler na vida privada publicada em Visão nº 603, 23 a 29 de Setembro de 2004, p. 38; “A Fraqueza do Poder Político” in Expresso, 30 de Outubro de 2004, p. 3); Perífrases que consistem no uso de um grupo de palavras em vez de uma só para evitar repetições (“Estrela com novas pistas – A serra mais alta do Continente dispõe de novas condições para a prática do Esqui” in Ribatejo, 14/2002; Recém-nascido de Ansião teve o mesmo fim: Pai de bebé aparece morto num poço in Correio da Manhã, 12 de Outubro de 2004, p. 6); o eufemismo obtido por uma resposta do sistema comunicativo aos tabus morais, religiosos ou de bom gosto e que podem ser conseguidos por estrangeirismos ou por uma hiperonímia em que o termo específico abrangido pelo tabu é substituído por outro mais geral: (Que preço vamos pagar por isto?”, sendo “isto” a Guerra), e disfemismo, oposto ao anterior e que pretende colar uma etiqueta negativa no objecto referido (“Função Pública Torra 80% de Impostos”; “Espremer a Classe Média” in Visão, 23 de Setembro de 2004, p. 125.). Há ainda a assinalar os *desiderata* que indica ou sugere a realização de uma acção ou a mudança de uma postura e que se realiza frequentemente no jornalismo de opinião (Concretizar a Mudança in DN, 2 de Março de 2005;)

Especialmente interessante é o recurso a lugares-comuns provenientes de coloquialismos (Cimeira Luso-Espanhola: Rapidinha em Santiago”; Polémica: Livro com Rabo de Fora in Visão, 23 de Setembro de 2004, p. 60). da *newspeak* política (“PSD de portas abertas” in JN, 10 de Outubro de 2004p.24) , palimpsestos que recorrem inusitadamente a referências cinematográficas ( Empresas: Tudo Bons Rapazes” in Visão, 23 de Setembro de

2004, p.58; “Um Homem e Uma Mulher” in *Única*, 2 de Outubro de 2004;”O Dia mais longo de Pinto da Costa in *Público*, 8 de Dezembro de 2004, p.3; “Francis Obikwelo: Nascido para voar” in *Visão*, 26 de Agosto de 2004, p. 76 ) e literárias (“O Adeus às Armas” e “À Espera de Victor Martins” in *Visão*, 23 de Setembro de 2004, pp 30 e 133; “Crónica de uma Morte anunciada” in *Única*, 17 de Abril de 2004) e jogos de palavras (Homossexualidade: Até que a lei os separe; “O novo toque da caixa” sobre a mudança de liderança na Caixa Geral de Depósitos in *Visão*, 23 de Setembro de 2004, p.132)

**Mecanismos de autentificação e credibilização.** A linguagem jornalística implica estratégias de autentificação que confirmam certa evidência ao desejo implícito ao profissionalismo jornalístico de reprodução da realidade. Desde logo, destaquem-se a redundância e as histórias paralelas. A redundância ou seja, os processos pelos quais se procede à fixação e repetição do sentido e para a solidificação e coesão da informação desenvolve-se no *lead*, nas gravuras e respectivas legendas nos títulos e entretítulos. As histórias paralelas são, normalmente, peças jornalísticas que acompanham a peça principal e onde o evento e o protagonista são referidos de modo abundante. Repare-se o que o *Expresso* faz nas páginas 6 e 7 quando desenvolve a história principal da manchete do jornal. Por exemplo, em 4 de Setembro de 2004, a história “Santana prepara combates” é acompanhada de três histórias paralelas referentes ao Governo e a Congresso do PSD que teria lugar a seguir.

O recuo temporal – preferencialmente usado na reportagem - situa o início do acontecimento narrado num tempo anterior ao da sua produção como discurso e, obviamente ao da sua recepção pelo leitor. A Reportagem de uma vitória de um maratonista português pode começar, após o *lead*, com pormenores que remetem para a partida, para os olhares trocados entre os adversários através de uma estratégia conhecida no cinema por *flash-back* (o chamado *lead* retardado) e que pode inclui pormenores da própria intervenção do jornalista.

Finalmente, refira-se a delegação de saber. Com efeito, a situação faz introduzir um personagem X (destinador informado) que se dirige ao Personagem Z (destinatário não-informado), sendo o leitor (sempre presente, claro) uma espécie de espectador deste acto de transmissão de informações. Por exemplo, na peça “Sócrates empurra Santana” relativa à necessidade do líder do PSD convocar um congresso para evitar a acusação de falta de legitimidade, é feita uma delegação de saber através do qual um destinador bem informado diz a outro destinatário não – informado a razão principal para a convocatória do Congresso: “(...) o líder do PSD referiu na Comissão Política de segunda feira outro

argumento: «Não estou para que o Sócrates me venha atirar à cara que foi eleito em Congresso e eu não», terá dito Santana, segundo um dos participantes da reunião” In Expresso, 4 de Setembro de 2004 (ver sobre estes mecanismos Rebelo, 2000: 10-111).

Lexicalização: A selecção do significado das palavras – a lexicalização – é provavelmente a dimensão primordial de um discurso controlado por ideologias, Existem frases, orações, substantivos, normalizações e adjectivos que servem sobretudo para a formação de conceitos avaliativos. Um dos mínimos onde isso será mais claro é na representação dos actores sociais..

Estruturas proposicionais Os actores sociais podem desempenhar, na s proposições, diferentes papéis consoante as atitudes e a ideologias subjacentes. Se um grupo social é invariavelmente considerado o agente responsável acções negativas (criminosas ou violentas), ou se é acusado, frequentemente, de participações nessas acções, podemos concluir que semelhante incriminação proposicional contribui para a imagem negativa do grupo, tendo, portanto, uma base ideológica ( Fowler, 1991, Fowler, e tal 1979, Van Dijk 1988, 1991). Se, pelo contrário, se atribuir continuamente a esse mesmo grupo um papel de não-agente ou não-responsável, sempre que seja agente de acções positivas ( o que, de facto, se verifica nas referências mediáticas aos rapazes negros a estrutura ideológica (Sykes, 1985). O oposto pode aplicar-se a Nós ( e a outros grupos que nos rodeiam) quando as nossas acções positivas estão relacionadas com o facto de desempenharmos um papel de responsabilidade, de Agentes, e quando se procura desviar a atenção das nossas acções negativas pela atribuição que se nos faz de um papel mais passivo, menos responsável – como se tratasse de algo que nos acontece ou que os outros, ou as circunstâncias nos obrigam a a fazer.: “A cidade do Cairo vê-se obrigada a reagir a pulso face aos terroristas que agora atacam os turistas, a polícia e as igrejas coptas em nome de um regime islâmico”. Faz parte do estilo corrente dos meios de comunicação social representar a polícia como sendo «obrigada a reagir »com firmeza» quando confrontada com motins ou qualquer outra forma de distúrbios sociais.